

BRASIL/Belém, 21 de novembro de 2025

## MANIFESTO CULTURA VIVA

**Rumo a 6ª TEIA NACIONAL - Espírito Santo, Aracruz 2026.**

**Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPdC**

### **Cultura Viva, Mobilização Social e Cidadania Climática: O Futuro que cultivamos nos Territórios.**

“O Cultura Viva é uma política pública de mobilização e encantamento”. (Instituto Gilberto Gil)

**Sem cultura, não há democracia!** Esta afirmação vai muito além de uma simples metáfora, pois a democracia é um edifício que não se sustenta apenas sobre leis e instituições, mas fundamentalmente sobre uma base cultural sólida. É a cultura, em seu sentido mais amplo — que abrange a educação, a produção artística, o debate de ideias e a memória histórica — que fornece aos cidadãos e cidadãs as ferramentas críticas para discernir informações, questionar o poder, compreender o outro e participar ativamente da vida pública. **Um povo desprovido de acesso à cultura e à reflexão torna-se vulnerável à manipulação, ao discurso autoritário e ao empobrecimento do debate, que são justamente os venenos que corroem os alicerces de qualquer regime democrático.**

Esta máxima encontra na **Política Nacional de Cultura Viva** a sua expressão prática mais transformadora. Mais do que um conjunto de ações, **o Cultura Viva é uma política pública de base territorial**, a qual materializa o princípio de que a cultura é um direito fundamental e uma prática de cidadania. Ao **reconhecer e fomentar os Pontos de Cultura nas periferias, nos subúrbios, comunidades indígenas, quilombolas e áreas de alta vulnerabilidade**, essa política fortalece a democracia a partir dos **territórios**. Ela inverte a lógica tradicional, saindo de um modelo centralizador para um modo de vida que valoriza e financia a produção cultural local, dando voz e dignidade às pessoas historicamente excluídas, combatendo racismo ambiental, a violência simbólica e física e criando os alicerces para uma democracia vibrante, plural e participativa.

**Portanto, investir em cultura não é um gasto supérfluo, mas um investimento vital na saúde da democracia.** E este investimento se revela ainda mais urgente e estratégico quando ampliamos nosso olhar para o maior desafio de nosso tempo, a crise climática.

**A crise climática é o sintoma mais agudo de um modelo de desenvolvimento historicamente injusto e predatório**, e enfrentá-la exige uma profunda transição ética e cultural baseada no princípio irrefutável da **Justiça Climática**. Esta justiça reconhece que os povos tradicionais, comunidades locais e populações em vulnerabilidade – os que menos contribuíram para o problema – são os mais impactados, enquanto suas vozes são sistematicamente silenciadas.

Contudo, para nós Pontos e Pontões de Cultura, e após todo o debate e acúmulo criado no âmbito da COP 30, de 10 a 21 de novembro em Belém do Pará, com ações, articulações e programações presenciais das redes temáticas nacionais de Matrizes Africanas, Memórias Rurais, e Matrizes Amazônicas, e da estadual REDE AJURICABA, em parceria com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPdC, Comissão Paraense de Pontos de Cultura - CPPdC, e Fóruns de Participação Social, torna-se premente avançarmos no debate sobre Justiça, e começar a reivindicar o exercício da Cidadania Climática, ou seja direitos e deveres de responsabilidade socioambiental, como uma bandeira a ser defendida no contexto da VI TEIA NACIONAL e V Fórum Nacional de Pontos de Cultura - FNPdC.

É aqui que a conexão se torna vital: **não há cidadania climática sem democracia, e não há democracia sem a valorização da cultura dos territórios.** A cultura é o sistema operacional da humanidade, o repositório dos saberes ancestrais sobre a sociobiodiversidade, das técnicas sustentáveis e da cosmovisão que vê a natureza como sujeito de direitos. Os guardiões das florestas e das águas detêm as chaves para a regeneração do planeta.

Exercer a Cidadania Climática significa, portanto, adotar mecanismos de **mobilização social e democracia global.** Significa ir além das negociações entre Estados e garantir que os conhecimentos tradicionais sejam protagonistas na construção de soluções. Significa financiar diretamente as iniciativas de base que estão na linha de frente da resistência e da regeneração. Significa entender que **fortalecer um Ponto de Cultura em uma comunidade ribeirinha na Amazônia é uma ação de adaptação climática tão crucial quanto investir em energia renovável.**

Na COP 30, provocamos os líderes mundiais a adotarem uma visão radicalmente mais inclusiva. Que as metas e diretrizes da Eco RIO 92, da Rio + 10, do Acordo de Paris, da Rio + 20, e principalmente, da Cúpula dos Povos sejam traduzidas em políticas que fortaleçam a interculturalidade e autonomia territorial dessas comunidades. A Cidadania Climática que almejamos será cultivada no chão da floresta, nas periferias urbanas resilientes, nas margens e nos interiores, nas roças quilombolas e nas aldeias indígenas. **O futuro do clima não será decidido apenas em salas de conferência; ele está sendo semeado, agora, na sabedoria milenar e na criatividade insurgente dos territórios. Nossa missão é ouvi-lo, ampliá-lo e agir."**

Essa é a mensagem que levamos a Aracruz, no Espírito Santo, território que há décadas vem sofrendo com a exploração desenfreada de seu ambiente, lugar de grande significado para a realização da TEIA 2026.

Vamos a 6ª TEIA NACIONAL!

## COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

*A CNPdC – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, é um colegiado autônomo de caráter representativo dos Pontos e Pontões de Cultura, instituída por iniciativa destes e integrada por representantes eleitos no Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, a partir de 2007.*

*A CNPdC, têm como objetivo fortalecer a Rede Nacional Cultura Viva em todo o território nacional. Sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento da Política Nacional Cultura Viva.*